

Fotografia e memória no contexto do Museu Nacional Resistência e Liberdade: Percepções sobre uma dissertação

Henrique Godoy Alves de Souza

Ciência ID: 9216-4ADD-5EFE

ORCID iD: [0000-0003-3406-681X](https://orcid.org/0000-0003-3406-681X)

Quase 5 anos após a defesa da dissertação¹ de mestrado dedicada à fotografia no contexto do Museu Nacional Resistência em Liberdade, tem sido possível desenvolver novas percepções sobre este trabalho e alimentar uma trajetória pessoal de pesquisa científica — para além de algumas provocações e reflexões pertinentes — dada a metamorfose que o próprio cenário político português sofreu neste período entre 2021 e 2026. Na base deste contínuo processo investigativo está o papel dos museus e o uso constante da memória como suporte para discursos políticos, fatos que nos levam à reflexão.

Por um lado, a memória do 25 de Abril está permanentemente ligada à história da democracia portuguesa e aparentemente consolidada como tal mesmo no senso comum, ou melhor: no que se entende aqui como memória coletiva. Contudo, como em todo sistema mnemónico que se dê ao trabalho de ser consensual, seus limites são imperfeitos e abrem espaço para memórias dissonantes. Estes espaços geralmente são preenchidos por memórias contrastantes, porém complementares ao debate num sentido enriquecedor, mesmo que incômodas.

A análise museológica a que nos propomos na dissertação, portanto quase 5 anos atrás, hoje pode ser observada como a base para esta reflexão que tensiona seus próprios limites.

Tendo em vista as disputas por memória dos últimos anos, percebe-se como as forças políticas mais à direita tentam consolidar o *fim* do período revolucionário português como o momento fundador da democracia em detrimento do seu próprio início — o 25 de Abril e a revolução levada a cabo pela esquerda militar com amplo apoio popular e partidário como resultado de uma longa e perdida guerra em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau contra os movimentos de libertação Nacional.

Sobre este fim do PREC — o 25 de Novembro — tem-se duas visões contrastantes: por um lado é visto como um contra-golpe que minou o caminho revolucionário² e as ‘conquistas de Abril’ e por outro, é visto como um ‘corretivo’ que evitou a ‘sovietização’ do país e ‘consolidou o início da democracia’.

Pinheiro de Azevedo — o último primeiro-ministro do governo provisório — deixa claro em seu livro *25 de Novembro sem Máscara* (1979) como a ‘entrega de Angola’ parece ter sido a gota d’água de um processo que — na sua afunilada e paranoica visão — caminhava para uma ditadura comunista: “Consumada a descolonização em 11 de Novembro de 1975 com o seu último episódio da entrega de Angola ao MPLA³ soviético,

¹ Henrique Godoy Alves de Souza, 2021. *Imagens e Memórias Coletivas: o Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche*. Dissertação de Mestrado em Museologia defendida em Abril de 2021 na Universidade Lusófona.

² da reforma agrária, das cooperativas, das construções habitacionais, da estatização de empresas

³ Movimento Popular de Libertação de Angola

tornava-se urgente um sedativo forte para o equilíbrio do psiquismo colectivo: esse sedativo chamou-se *25 de Novembro*"(Azevedo, 1979, p. 21).

Não é difícil associar esta ‘reação’ de 1975 ao que hoje se apresenta como a extrema-direita portuguesa, que ressoa no mesmo timbre uma espécie de melancolia perante ao património deixado em Angola⁴. O incômodo para com a memória do 25 de Abril parece ser tamanho ainda hoje que Bruno Nunes precisa de uma ‘piadola’ sem graça para reduzir o famoso grito de Abril⁵ à uma metáfora com as duas pontes que cruzam o rio Tejo e fundamentar seu radicalismo: “25 de Abril sempre, mas quando tá trânsito vou pela Vasco da Gama. Comunismo nunca mais, socialismo nunca mais” (Nunes, 2025 18:15).

Somado a isso, propostas de “consagrar” o dia 25 de Novembro como feriado nacional⁶ foram apresentadas à Assembleia da República Portuguesa sob o argumento de que se não fosse a mobilização dos militares conservadores em Novembro de 1975 Portugal seria hoje uma ditadura comunista segundo o texto.

Ou seja, a extrema-direita que até então se via fora da memória coletiva consensual forjada inclusive nesta imagem de ‘*outsiders antisistema*’ consegue hoje por meio de uma subversão tendenciosa da história e da memória fazer com que este espaço dissonante seja rápida e amplamente respaldado pelo eleitor⁷. A própria diretriz dos discursos busca não complementar o bolo da memória coletiva, mas miná-lo como forma de abrir espaço.

Estas são apenas algumas das atuais disputas acerca da memória que valem a pena ter em mente ao refletir sobre museologia e o patrimônio da resistência antifascista: não só paira em Portugal o anticomunismo como a subversão da própria história. Se por um lado tem-se investido em investigação e em exposições que complementem a memória coletiva do 25 de no sentido de enriquecer, valorizar e dar visibilidade às múltiplas forças que atuaram contra o colonialismo e o fascismo português, existem também ímpetos destrutivos desta memória coletiva. Os exemplos mais evidentes estão relacionados à extrema direita portuguesa que na tentativa de ascender politicamente amenizam a repressão do Estado Novo, desvalorizam as conquistas por independência africana, o papel da resistência antifascista de esquerda e os avanços democráticos no geral. Esta retórica saudosista da ditadura ficou marcada, dentre outras, num episódio recente em que André Ventura afirmou que não bastava *um Salazar, mas três ‘para pôr ordem nisto’*⁸.

Percorrendo uma dissertação

No que diz respeito à comunicação efetuada no encontro de investigadores promovido pelo Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche, no contexto das Jornadas do Património em 2025, fazemos aqui um resumo do que foi publicado na dissertação em busca de abrir para discussões atualizadas e por vezes críticas como se

⁴ Como faz Bruno Nunes em seu canal de Youtube

⁵ ‘25 de Abril Sempre! Fascismo Nunca Mais!’

⁶ Apresentado pelo partido CHEGA (Projeto de Lei 77/XV/1a - Pela consagração do dia 25 de novembro como feriado nacional obrigatório, 2022)

⁷ O partido CHEGA em Portugal teve altos índices de crescimento em popularidade nos últimos anos e de assentos no parlamento nas últimas eleições.

⁸ Três Salazar e um Ventura SIC, 2025: <https://amp.sicnoticias.pt/opiniao/2025-10-27-tres-salazar-e-um-ventura-ea9cc7c1>

espera de qualquer revisitação a um trabalho próprio. Vejamos algumas interações entre imagem e memória política antes de debater o papel do Museu Nacional Resistência e Liberdade.

Construiu-se uma estrutura de dissertação a partir de uma recolha de referenciais ligados à fotografia que de alguma forma fizeram frente à cultura e à informação agenciada pelo Estado Novo e posteriormente uma análise do museu em si: o processo de instalação, os documentos guia e a primeira exposição. Ao longo do século XX e início do XXI houve diversas iniciativas de resistência contra o regime que se estruturaram ao redor da fotografia. Numa categorização simples, pode-se compreender estas iniciativas como novas produções que empreenderam o registro fotográfico com o intuito de pôr em evidência aspectos sociais e levantar questões por meio da imagem que não estava de forma alguma representada nas narrativas oficiais do estado ditatorial.

Um primeiro exemplo é o trabalho jornalístico de Maria Lamas⁹ ‘*Mulheres do meu país*’ que apontava para a denúncia das condições laborais em busca de valorizar também a imagem da mulher portuguesa trabalhadora; outro exemplo é o largo processo fotográfico de Artur Pastor que dentro de um ambiente artístico e de valorização do trabalho acabava por dar visibilidade às condições de vida de muitos portugueses e portuguesas. O trabalho de ambos foi analisado por Manuel Villaverde Cabral (2017) e acabaram por ficar consagrados editorialmente como livros de fotografia publicados na década de 1950 que compõe esta esfera de ‘contra-cultura visual’, junto com “*Lisboa Cidade Triste e Alegre*” de Victor Palla e Costa Martins que também sob uma vertente artística neorrealista com registraram a vida de pessoas comuns Lisboa — uma face ignorada pelo regime dada a precariedade e a miséria com que se encontravam. Segundo a análise aprofundada de Marcelo Enrique Londoño Alvarez, apesar de não estar claramente exposto o caráter “contra-regime” no livro, a pesquisa de Alvarez sobre a vida dos autores e as reações públicas, parece bastante plausível enxergar a obra dessa forma. “*Esta posición [contra-regime] puede surgir por las pasiones que despierta el libro en la actualidad, aunque existen pruebas repito de la militancia política de Palla, esta no se plasmada con claridad en el libro.*” (Alvarez, 2017, p. 83).

Este entendimento contemporâneo das produções do passado, não visa, contudo, subverter ou mudar o sentido original, mas adicionar uma camada extra de politização sem comprometer sua própria natureza ou varrer os condicionamentos que permitiram seu empreendimento.

No século XXI, o cinema vai ser responsável por subverter, agora sim, produções visuais do regime, como Susana Souza dias o faz em *48* ou João Canijo em *Fantasia Lusitana*. Ambas obras são construídas com imagens de arquivo sobrepostas com faixas de áudio que ora complementam e reforçam o sentido das imagens ou contrastam e contradizem o conteúdo das imagens. No caso de *48* — analisado por Susana Viegas (2014) — os testemunhos de ex-presos políticos em áudio aprofundam os retratos produzidos pela PIDE. Em *Fantasia Lusitana* vale a explicação de Daniel Ribas:

⁹ Lamas foi inclusive mencionada por Vasco Gonçalves em um Discurso no Teatro S. Luís, na sessão comemorativa da derrota do nazismo na Europa em Lisboa em 1975, onde diz: “Uma referência muito particular quero também fazer a Maria Lamas, fidelíssima combatente anti-fascista e símbolo da luta da mulher portuguesa pela sua libertação total.” (em Gama, 1976, p. 281)

“Canijo desenvolveu um documentário de arquivo – ou, mais precisamente, um filme de apropriação – com base em duas fontes principais: primeiro, o Jornal Português, um jornal de atualidades produzido pelo regime salazarista (há também, na sequência final, um excerto do *Imagens de Portugal*); e, segundo, imagens em movimento e fotografias de outras fontes, incluindo material amador português e de produções estrangeiras de caráter documental. A este material visual o realizador acrescentou dois níveis sonoros: por um lado, o narrador do jornal de atualidades e a voz de Salazar; por outro, as vozes que leem testemunhos de três refugiados famosos que passaram por Lisboa em 1940” (2022, p. 3)

Numa reflexão sobre a própria obra, Susana Sousa Dias enxerga o arquivo como um espaço a ser explorado que vai — no caso — contra a própria função primeira do retrato:

“[...] por um lado, estamos perante uma sobrevalorização da imagem, por outro, uma subvalorização dessa mesma imagem: a imagem é sobrevalorizada como traço do indivíduo e desvalorizada como fonte histórica. [...] O arquivo dá prioridade ao facto de as imagens serem imagens de determinados indivíduos, de corpos individuais, podendo, por conseguinte, a utilização destas imagens ser incompatível com o seu direito. O facto de estas imagens constituírem um corpus político, e de serem verdadeiros documentos muito para além da sua função primeira de retrato é totalmente secundarizado. Acresce que a condição de arquivamento é parte integrante da própria génese desta tipologia de identificação, contrariamente a outras destinadas à partida à divulgação pública. (Dias, 2012, p. 238)

Esta correlação entre o arquivo fotográfico e a memória individual vão contribuir para uma discussão bastante cara para o campo investigativo da sociomuseologia sobre memória coletiva (Halbwachs, 1990) e memórias traumáticas (Brito, 2023). A Sociomuseologia serve-nos, portanto, como um aglutinador destas questões entre história e memória e permite o debate no campo da imagem e do testemunho como matéria prima da museologia da resistência política.

De maneira geral, são os documentos, as imagens, os testemunhos e/ou os chamados lugares de memória (Nora, 1989) — como antigas prisões, sedes policiais, campos de concentração — que compõe este tipo de museus. Em seu livro intitulado *Memorial Museums* Paul Williams levanta diversas questões relacionadas à memória traumática como espaço, materialidade e testemunho e trás alguns exemplos de como as conjunturas políticas vão naturalmente construir seus discursos oficiais e influenciar — por vezes diretamente — os recursos museológicos disponíveis (Williams, 2007). Um fato a não perder de vista e que contribui para o desenvolvimento deste nicho investigativo é a relevância da fotografia como suporte de memória. No contexto museológico, a relativa ausência de grandes acervos e coleções de objetos em museus de memória traumática simboliza de alguma forma esta relevância dos suportes fotográficos — o que justifica desenvolver no campo da sociomuseologia esta discussão sobre o papel dos arquivos ligados à memória traumática.

Além de Halbwachs e Nora, outro autor que auxiliou na construção do argumento foi Jacques LeGoff em *História e Memória* ao refletir sobre o conceito de documento monumento e a intencionalidade por trás da criação de documentos, o que adiciona uma camada de subjetividade à própria construção historiográfica do passado (Le Goff, 1990).

Análise museológica

No prosseguimento da dissertação, esta fundamentação teórica precede a análise do Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche, desde os documentos estruturantes¹⁰ com todo o conteúdo planeado para o museu até as atividades educativas como o roteiro por Peniche e a recolha de testemunhos gravados em vídeo e disponibilizados no canal do YouTube do museu como uma espécie de arquivo aberto. Em nossa apresentação, buscamos comentar sobre alguns destes núcleos analisados. Não iremos reapresentar todo o processo de observação — disponíveis na dissertação (Souza, 2021) —, mas de alguns pontos de nosso interesse atualmente. Foi ao rever a dissertação que pudemos criar algum diálogo com questões que hoje nos debruçamos sobre durante a pesquisa da tese de doutoramento.

Para que se tenha uma ideia da análise do museu estão aqui os 11 núcleos no MNRL que foram alvo de pesquisa teórica e reflexão:

1. Parlatório
2. História da Fortaleza
3. Lutar pela memória
4. O regime fascista
5. O sistema policial e repressivo
6. O colonialismo e a guerra colonial
7. A resistência antifascista e anticolonialista
8. Fugas de presos políticos do sistema repressivo prisional
9. O 25 de Abril
10. A libertação dos presos políticos do Forte de Peniche
11. A cadeia do Forte de Peniche

Além disso, destacamos também em nosso trabalho o roteiro Casas de Peniche que consiste no

“mapeamento de espaços e pessoas da cidade de Peniche que de alguma forma se solidarizaram com a luta de resistência e puderam oferecer suporte e apoio aos presos e suas famílias, assim como lugares em que se relacionam de outras formas com a história do regime, como os centros da PIDE e da GNR.” (Souza, 2021, p. 115)

Roteiro este que vem sendo expandido graças a pesquisa do Professor João Neves da União de Resistentes Antifascistas Portugueses que é um exemplo de firmamento de uma raiz quase que comunitária do museu para com a vida local sob um pano de fundo histórico tão emblemático.

Passados já 4 anos da defesa da dissertação, tentamos direcionar a análise do conteúdo publicado para com um ponto de vista que traga centralidade para o papel das lutas de libertação dos países africanos para o próprio 25 de Abril — sob o argumento apoiado na discussão latente do debate público sobre racismo, decolonialidade, silenciamento, memória do socialismo e o protagonismo das lutas dos povos colonizados para consolidação da democracia global em África e em Portugal. A especificidade da

¹⁰ Proposta do Grupo Consultivo da Fortaleza - Abril 2017; Programa Museológico de Setembro de 2017; Contribuição do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM UP) – de Março de 2018; Guião da Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica (CICAM) – de Abril de 2018.

Revolução Portuguesa não só permite como exige esta associação, sobretudo pelo contexto comemorativo dos 50 anos das independências da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola. Um ponto de vista necessário para enfrentar a precarização dos laços internacionais entre Europa e África.

Em 11 de Novembro em 2025 na celebração dos 50 anos da independência angolana, Marcelo Rebelo de Sousa ao ser questionado por uma jornalista sobre o fato do atual presidente angolano João Lourenço ter mencionado Portugal apenas uma vez em seu discurso, ao se referir ao “colonialismo português que escravizou e oprimiu o povo angolano por vários séculos’. Em resposta, parece ter sido inevitável para o presidente português a seguinte comparação do olhar crítico para com o passado:

Eu acho que é um bocadinho na narrativa histórica, eu hoje até achei muito sucinto, muito cuidadoso na referência, porque era uma referência tradicional feita pelo poder em Angola. Faz parte, a ver, quando se está a comemorar a luta pela libertação, e depois 50 anos após a independência, faz parte dessas referências, como quando nós falamos do 25 de Abril, falamos da ditadura, falamos daquilo que houve antes, mas eu achei muito cuidadoso e muito simpático, quer num encontro pessoal, quer nas posições públicas. (RTP, 2025)

Apesar de não ter feito uma comparação entre os períodos históricos — colonialismo e ditadura — fica evidente como este consenso — nem que seja a respeito da memorialização — de que é preciso olhar para o passado com olhos crítico que vislumbrem uma melhora da condição de vida como fez João Lourenço no prosseguimento de seu discurso ao situar também a longa guerra civil e a fome enfrentada pelo seu país.

Se no percurso da construção da memória da resistência portuguesa os relatos individuais tiveram um papel singular para a complementação e até contraposição à narrativa coletiva, não nos pode escapar o fato de que o fim do colonialismo europeu em África — pelo menos no sentido político administrativo — por meio da conquista e não da entrega, parece não encontrar espaço na memória coletiva portuguesa. Esta crítica dirige-se não exatamente aos museus portugueses, mas sobretudo à falta deles.

Além disso a construção da base de dados e todas as outras atividades mostram a carga temática que o país ainda tem por resolver e o tentam fazer por meio de apenas dois museus: O MNRL e o Museu do Aljube em Lisboa, que felizmente recebeu mais de 120mil visitas entre Abril de 2024 e Abril de 2025 (Lusa, 2025). A cidade do Porto ainda não conta com a instalação do museu da resistência e a prometida rede de museologia nacional dedicada à memória da ditadura também não se apresenta no horizonte.

Por outro lado, fazemos aqui uma ponderação a respeito da própria argamassa que vai modelando este cenário mnemónico da resistência. Uma breve análise das exposições temporárias do Museu do Aljube por exemplo deixaria evidente como o térreo da antiga prisão no centro de Lisboa tem sido capaz de tocar em diversos destes temas que não se inserem no conteúdo de longa duração. Desde 2018 foram 28 exposições temporárias que tiveram uma variação de duração de 1 até quase 11 meses. Destacamos quatro dedicadas às lutas de libertação, refletidas nos títulos: *Antes de ser independência foi luta de libertação; REVOLUÇÕES: Guiné-Bissau, Angola e Portugal (1969-1974) – fotografias de Uliano Lucas; ATO (DES)COLONIAL; Augusta Conchiglia nos Trilhos da Frente Leste – Imagens (e Sons) da Luta de Libertação em Angola*. Para além da exibição do filme *Terra (In)Submissa* de Kiluanji Kia Henda e Bruno Moraes Cabral.

É de ser notar como a maioria destas exposições foram constituídas a partir de arquivos fotográficos, documentais, iconográficos e filmográficos, evidenciando a capacidade de reprodução destes conteúdos. A isso soma-se uma tendência observada nos últimos anos que equaciona arquivos e testemunhos cada vez mais, no sentido de contrapor uma memória consensualmente coletiva por meio do individual. Metaforicamente, a memória das lutas de libertação parecem ser estes testemunhos únicos de uma versão sobre a revolução portuguesa que dificilmente escapa de iniciativas públicas do Aljube e do MNRL para outros espaços museológicos e se consolida no debate público.

Ou seja, os museus têm de fato empreendido a investigação arquivística sobre estes episódios e promovido exposições o que por um lado complementa, mas também questiona a hegemonia da memória do 25 de Abril. A memória comunista e revolucionária também parece incomodar a narrativa social-democrata que se consagra responsável pela democratização.

Parecem evidentes os motivos pelos quais a memória coletiva da Revolução dos Cravos não expõe sua gênese: um movimento militar de esquerda com apoio de todo o espectro progressista e resultado de 13 anos de uma guerra vencida por movimentos nacionalistas de base marxistas-leninistas africanos. Miguel Cardina complementa: “No momento em que eclode a guerra em Angola, só o PCP reconhecia o direito à autodeterminação e à independência dos povos colonizados” (2023, p. 106).

Para além disso, como escreve Valério Arcary sobre o papel do Partido Comunista Português no Período Revolucionário 1974-1975:

A presença de um partido comunista em governos europeus foi um tabu dos anos da guerra fria. Foi uma surpresa mundial quando Cunhal foi apresentado como ministro sem pasta no I Governo Provisório liderado por Palma Carlos e Spínola. A estupefação foi ainda maior quando o PCP não somente permaneceu nos governos provisórios seguintes, como aumentou significativamente a sua influência até à queda de Vasco Gonçalves, em Agosto de 1975. (em Varela, 2011, p. 16)

Estas presenças — e com isso incluímos o papel do MPLA, do PAIGC¹¹ e da FRELIMO¹² — parecem gerar um incômodo que nos faz questionar a construção da narrativa da revolução que foi propagada nos últimos 50 anos frente a conjuntura política conciliadora que priorizou por exemplo a integração europeia. A própria reconstrução da europa pós-guerra se deu sob a memorialização do holocausto, a criminalização do nazismo e o afastamento para com o bloco soviético. Sobretudo se levarmos em conta a divisão da Alemanha e o papel central que deste país na consolidação da União Europeia. Neste sentido é possível que a memória da revolução portuguesa também precisou ser lapidada de acordo com as próprias políticas de memorialização de traumas da União Europeia, desde o holocausto ao fim da URSS. Sabemos também como os museus serviram para a consolidação de projetos políticos (Primo, 2016, p. 7) da mesma forma como a memória do Holocausto serve como uma das colunas estruturantes do estado de Israel por meio do Yad Vashem (Sodaro, 2023, p. 35)

Com a existência dos museus do Aljube e do MNRL, disputas travadas por associações como a União dos Antifascistas Portugueses e o Movimento Não Apague a

¹¹ Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde

¹² Frente de Libertação de Moçambique

Memória que lutaram contra as fortes tendências imobiliárias, existem espaços para estabelecer estes debates que por um lado vem firmar e consolidar a memória coletiva e por outro vasculhar as histórias e projetos ‘dos que ficaram pelo caminho’.

É preciso ter em mente que que o papel do testemunho vai muito além de compilar episódios históricos. O testemunho é capaz não só de exercer alguma força reparatória para com as famílias e indivíduos que sofreram repressão por parte do estado, mas também reavivar a própria história. Outro ponto fundamental no desenrolar deste processo museológico é o entendimento que a memória coletiva pode tanto fortalecer laços sociais, apaziguar tensões e conciliar divergências como também pode sufocar outras memórias dissonantes, como muito se fala no esquecimento planejado.

Miguel Cardina comenta como a própria guerra foi alvo de esquecimento e como isso permitiu que não houvesse qualquer tipo de responsabilização dos agentes da PIDE ou do exército relativo às “atrocidades típicas de uma guerra em solo colonial, com massacres de populações e tratamento brutal de presos [...] muito menos de reconciliação e reparação com as vítimas” (2023, p. 115). O que abre caminho para um leque de revisionismos perversos.

Mais uma vez, vê-se sobre o museu a responsabilidade pelas quatro décadas de falta de políticas reparatórias e judicialização de perpetradores, o que evidentemente está fora do alcance desta instituição cultural de memória. Contudo, consciente de que recai sobre si o peso destes traumas, os museus acabam ultrapassando também os limites de sua própria institucionalidade ao promover encontros, debates, palestras, exibições e atividades que ao menos levantam estes debates e os projeta a longo prazo. Ainda, vale lembrar que a própria existência do museu é resultado de um contexto político específico que acatou propostas e iniciativas de memória, nomeadamente levadas a cabo pelos partidos de esquerda com protagonismo de iniciativa do PCP — lembrando que um dos mais importantes secretários-gerais do partido, Álvaro Cunhal, responsável também pela reformulação do partido nos anos 40 esteve 12 anos preso na cadeia de Peniche onde hoje está o museu e junto com outros camaradas efetuaram a famosa Fuga de Peniche — imortalizada na arte de Margarida Tengarrinha e parte da exposição permanente.

Conclusão

Voltando um pouco neste texto e nas apresentações do encontro de investigadores provido pelo museu, não é apenas a memória do antifascismo e do anticolonialismo que permeia os pilares ocultados da democracia e enxerga no museu um espaço de acolhimento e impulso. O papel das mulheres também tem sido ocultado e encontra em Peniche um caldeirão investigativo como vê-se no trabalho das colegas Luiza Trápaga e Inês Almeida.

O MNRL tem tido a capacidade de acolher e apoiar estas pesquisas e contextualizá-las no pilar da resistência e suas diversas faces. A pesquisa, tendo em vista suas múltiplas fontes — arquivos, entrevistas, cinema, imprensa etc. — permite com que o museu contribua também para com a reconstrução historiográfica. Muitas das questões que levantamos aqui e que nem sempre podem ser respondidas, estão — como escreve Cardina — inseridas num contexto de ‘desinteresse informativo’ geral.

Em nosso caso, temos tido o privilégio de ter a pesquisa de doutoramento acolhida pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso e investigar a atividade

desenvolvida nos últimos anos em torno das coleções de fotografia dos arquivos Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Casa dos Estudantes do Império e Mikko Pyhälä — quatro arquivos que compõe um largo corpo fotográfico sobre as lutas de libertação.

Deve-se dizer que muitas das questões que foram levantadas neste texto não estão presentes na dissertação de mestrado publicada em 2021, o que é naturalmente fruto do amadurecimento investigativo dos últimos anos. Contudo, alguns pontos de vista mantem-se.

Acredita-se que há espaço para explorar a relação da memória traumática com arquivos documentais e fotográficos por meio da investigação em museologia. No centro dos nossos questionamentos estão os desafios em reavivar momentos históricos por meio de uma linguagem visual, recurso tão caro para a comunicação museológica. Junto a isso, a complexificação das tramas da memória permite explorar sua multiplicidade e enfrentar suas contradições e contribuir com o debate público. Numa analogia final, a imagem seja ela na forma de documentário, cinema ou fotografia, pode adquirir essa capacidade de desafiar o consenso e complementá-lo, assim como o da memória testemunhal frente à coletiva tem o feito nos espaços museais.

Bibliografia

- Alvarez, M. E. L. (2017). *Una Mirada en Perspectiva al Universo “Lisboa Cidade Triste e Alegre” 1959, de Victor Palla y Costa Martins*. 110.
- Azevedo, P. de. (1979). *25 de Novembro sem máscara*. Intervenção.
- Brito, A. P. F. de. (2023). *Museologia de memórias traumáticas: A produção acadêmica da Museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
<http://hdl.handle.net/10183/255231>
- Cabral, M. V. (2017). Texto e imagem fotográfica no primeiro contra-discurso durante o Estado Novo: «As mulheres do meu país» de Maria Lamas. *Comunicação pública*, Vol.12 nº 23, Artigo Vol.12 nº 23. <https://doi.org/10.4000/cp.1970>
- Cardina, M. (2023). *O atrito da memória: Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo* (1a. edição). Tinta-da-China.
- Dias, S. de S. (2012). Corpos estranhos ou desigualdades inscritas na película. Em *Arte e género* (p. 230–240).

Gama, A. P. da (Org.). (1976). *Vasco Gonçalves—Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas* (2º ed.). Gráfica de S. Brás; Biblioteca Mário Soares.

Halbwachs, M. (1990). *A Memoria coletiva*. Vertice Ed. Revista dos Tribunais.

Le Goff, J. (1990). História e Memória. *Editora da UNICAMP, Campinas*, 476.

Lusa. (2025, abril 27). *Museu Nacional Resistência e Liberdade recebeu 120 mil visitantes no primeiro ano*. PÚBLICO.

<https://www.publico.pt/2025/04/27/culturaipsilon/noticia/museu-nacional-resistencia-liberdade-recebeu-120-mil-visitantes-ano-2131117>

Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*, 26, Artigo 26. <https://doi.org/10.2307/2928520>

Nunes, B. (Produtor). (2025). *25 de abril 2025? Contem lá então a verdade*. [Gravação de vídeo]. Youtube. https://youtu.be/KOB1rBerjMw?si=DNGx7sAi8d_se1Jj

Pela consagração do dia 25 de novembro como feriado nacional obrigatório, N. Projeto de Lei 77/XV/1a (2022).

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=121475>

Primo, J. (2016). Museus Locais: Fronteiras Reais e Imaginárias. *Cadernos de Sociomuseologia*. <https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.51.01>

Ribas, D. (2022). Fantasia Lusitana João Canijo. *Coleção de Filmes PNC*, 29.

RTP. (2025, novembro 12). *Marcelo salienta “excelente” momento na relação entre Portugal e Angola*. Marcelo salienta “excelente” momento na relação entre Portugal e Angola. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/marcelo-salienta-excelente-momento-na-relacao-entre-portugal-e-angola_n1697484

Sodaro, A. (2023). The United States Holocaust Memorial Museum: The Creation of a "Living Memorial". *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence*, Rutgers University Press.

<https://www.jstor.org/stable/j.ctt1v2xskk.6>

Souza, H. G. A. de. (2021). *Imagens e Memórias Coletivas: O Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona]. Recil. <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/12131>

Varela, R. (2011). *História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011. 12.

Viegas, S. (2014). Aesthetical divide: A study on Susana de Sousa Dias' 48. *Literatura, História e Memória*, 10(15), Artigo 15. /z-wcorg/. <http://e-revista.unioeste.br>

Williams, P. H. (2007). *Memorial museums: The global rush to commemorate atrocities* (English ed). Berg.